



AZ@BXL

Número: 268 Data: 2023.04.21

No título: *Uma das três espécies de moluscos terrestres endémicos de Santa Maria.*

Nota: A [série](#) atual esteve consagrada aos projetos LIFE em implementação nos Açores. A série “Conservação da Natureza” teve cinco edições e iniciou-se, com o projeto [LIFE IP AZORES NATURA](#), que abrange vinte e quatro ZECs (Zonas Especiais de Conservação), quinze ZPEs (Zonas de Proteção Especial) e dois SICs (Sítios de Importância Comunitária) da Rede Natura 2000. A segunda edição, por sua vez, foi dedicada ao projeto [LIFE VIDALIA](#). A terceira edição recaiu no projeto [LIFE BEETLES](#). A quarta edição incidiu-se no projeto [LIFE IP CLIMAZ](#). A série é, por último, encerrada pelo projeto [LIFE SNAILS](#).

O projeto LIFE SNAILS tem como principal objetivo a conservação de três espécies de moluscos terrestres: *Plutonia angulosa*, *Oxychilus agostinhoi* e *Leptaxis minor*, endémicos de Santa Maria. Os caracóis terrestres reciclam os nutrientes da floresta, mineralizando o material orgânico em decomposição, do qual geralmente se alimentam. As espécies de menores dimensões são o mais sensíveis às perturbações ambientais, podendo assim servir de indicadores de efeitos nocivos resultantes das alterações climáticas.

O mais recente projeto LIFE nos Açores ([ver registo audiovisual](#)) tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos meses, um conjunto de reuniões técnicas com os vários beneficiários e consultores científicos do projeto, com o principal objetivo de dar a conhecer os trabalhos desenvolvidos nas várias áreas de intervenção, e trocar impressões sobre como potenciar o sucesso das ações de conservação. Destacam-se os avanços dos trabalhos de instalação de um viveiro especializado na produção de plantas nativas na ilha de Santa Maria, e o acompanhamento e planeamento da execução das ações técnicas e trabalhos preparatórios afetos ao projeto. Este projeto, coordenado pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, efetuou ainda uma minuciosa abordagem aos métodos de monitorização ecológica a implementar e a preparação das ações de campo a executar, a curto e médio prazo.

O [programa LIFE](#) é um instrumento financeiro da UE que apoia projetos ambientais, de conservação da natureza e de ação climática em toda a UE. Desde 1992, este programa já cofinanciou cerca de 5400 projetos, contribuindo com cerca de 3,4 mil milhões de euros para a proteção do ambiente e do clima.

Destaques



[Objetivo 55: PE aprova legislação crucial para cumprir meta climática de 2030](#)

[Parlamento Europeu aprova nova legislação para combater a desflorestação mundial](#)

[Comissão Europeia decide instaurar ações contra Portugal no TJUE por não pagar atempadamente às empresas](#)

[Transporte rodoviário. Comissão instaura ação no Tribunal de Justiça da UE contra Portugal e Países Baixos](#)

[António Ventura reivindica ativação da Reserva Agrícola Europeia](#)

[Concentrações: Comissão reduz ainda mais a burocracia ligada à fusão de empresas](#)

["Transporte de animais vivos na UE: desafios e oportunidades", Documento de Análise do Tribunal de Contas Europeu](#)

[Salários e pagamentos por hora aumentaram 4,4% em 2022 na UE](#)



Até 24 de abril



Acordos respeitantes à sustentabilidade na agricultura - consulta sobre o projeto de orientações relativas à exclusão de abusos de posição dominante

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) convidando todas as partes interessadas a comentar o seu [projeto de proposta de Orientações](#) sobre a forma de conceber acordos de sustentabilidade no domínio da agricultura ("Orientações") utilizando a nova exclusão das regras de concorrência da UE introduzida durante a recente reforma da PAC.

O artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia proíbe em geral os acordos entre empresas que restringem a concorrência, tais como os acordos entre concorrentes que conduzem a preços mais altos ou a quantidades mais baixas. Contudo, o [artigo 210a do Regulamento 1308/2013](#) (acordos e práticas concertadas de organizações interprofissionais reconhecidas) que estabelece uma organização comum de mercado de produtos agrícolas ("Regulamento OCM") exclui dessa proibição certos acordos restritivos no setor agrícola, quando esses acordos são indispensáveis para alcançar padrões de sustentabilidade.



Conselho dos Negócios Estrangeiros

O Conselho dos Negócios Estrangeiros [terá](#) início com uma troca de pontos de vista sobre a agressão russa contra a Ucrânia e sobre o Plano de Ação da UE no que respeita às consequências geopolíticas da guerra de agressão russa contra a Ucrânia. Além disso, os ministros serão informados sobre questões da atualidade.

A reunião do Conselho será precedida de um pequeno-almoço informal com a secretária-geral do Conselho da Europa, Marija Pejčinović Burić, e a ministra dos Negócios Estrangeiros da Islândia, Þórdís Kolbrún Reykfjörð, e contará com um almoço de trabalho onde participará o ministro dos Negócios Estrangeiros da Geórgia, Ilia Darchiashvili.

Até 25 de abril



Consulta pública respeitante às novas prioridades de produtos para a conceção ecológica dos produtos sustentáveis

A recente proposta da Comissão Europeia relativa à conceção ecológica dos produtos sustentáveis visa sujeitar os produtos vendidos na UE a requisitos relacionados com o desempenho e a requisitos de informação, a fim de assegurar uma maior sustentabilidade.

A Comissão procura obter pontos de vista sobre as categorias de novos produtos e as medidas a abordar em primeiro lugar, para que possa definir prioridades de forma transparente e inclusiva. Os eventuais contributos das partes interessadas devem ser carregados [aqui](#) até ao próximo dia 25 de abril.



Conselho (Agricultura e Pescas)

Durante a [reunião](#) dos ministros da agricultura da União Europeia [haverá](#) um debate de orientação sobre o Regulamento relativo à certificação das remoções de carbono. Deverão ser igualmente aprovadas as Conclusões sobre as oportunidades da bioeconomia à luz dos atuais desafios, com especial destaque para as zonas rurais. Os planos estratégicos estarão ainda em cima da mesa.

São ainda referenciados na [agenda provisória](#) da reunião os pontos que decorrerão em sessão pública e em sessão restrita.

25 e 26 de abril



Jornadas informativas dedicadas ao programa LIFE

O [programa LIFE](#) é o instrumento de financiamento da UE para o ambiente e a ação climática. Criado em 1992, tem cofinanciado milhares de projetos. O programa *LIFE* 2021-2027 é gerido pela Agência Europeia para o Clima, Infraestruturas e Ambiente (*CINEA*), tem um orçamento de 5,4 mil milhões de euros e está dividido em quatro subprogramas: natureza e biodiversidade; economia circular e qualidade de vida; mitigação e adaptação às alterações climáticas; transição para energia limpa.

O convite à apresentação de propostas *LIFE* 2023 será publicado no [portal de financiamento e oportunidades](#) a partir de meados de abril. Os convites à apresentação de propostas para a transição para energia limpa deverão ser publicados a partir de meados de maio. Nos dias 25 e 26 de abril, a *CINEA* organizará as jornadas informativas *LIFE* para orientar potenciais candidatos através dos convites à apresentação de candidaturas *LIFE* 2023 ([agenda detalhada](#) dos dois dias). A 1 de junho, seguir-se-á uma sessão de informação virtual dedicada às especificidades dos convites à [transição para a energia limpa](#). Informação mais detalhada sobre o programa *LIFE* está disponível no [sítio Web LIFE](#).

Até 28 de abril



Revisão da Diretiva relativa à carta de condução

A Comissão Europeia irá proceder à revisão da atual diretiva relativa à carta de condução, adotada em 2006, com o objetivo de melhorar a segurança rodoviária e de facilitar a livre circulação. A nova iniciativa terá em conta os novos desafios para a mobilidade, em especial no domínio digital, e irá contribuir para a consecução dos objetivos da UE definidos na Estratégia de Mobilidade Inteligente e Sustentável de 2020.

A proposta foi enviada aos legisladores para se possam pronunciar, no entanto a Comissão Europeia abriu um [período de submissão de comentários](#) relativos à proposta que se encontra em aberto até ao próximo dia 28 de abril.



Candidaturas ao Prémio de Jornalismo Lorenzo Natali

A Comissão Europeia insta os jornalistas a apresentarem reportagens sobre questões relacionadas com a desigualdade, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável, o ambiente, a biodiversidade, a ação climática, o digital, o emprego, a educação e o desenvolvimento de competências, a migração, a saúde, a paz, a democracia e os direitos humanos a [apresentarem as suas candidaturas em linha](#).

Cada vencedor receberá 10 mil euros. Ao vencedor da categoria de Melhor Jornalista Revelação será igualmente oferecido um estágio com um parceiro da comunicação social. Os vencedores serão anunciados na cerimónia de entrega do Prémio de Jornalismo Lorenzo Natali, a realizar em Bruxelas, no final de 2023.



Em breve estarão disponíveis [nesta página](#) todas as informações respeitantes à reunião.

Até 30 de abril



Prémio Capital Verde da Europa - 2025

Encontra-se aberto o [período para apresentação de candidaturas](#) para o prémio de [Capital Verde da Europa 2025](#)! Prazo final de candidaturas termina a 30 de abril de 2023. As áreas urbanas congregam muitos dos atuais desafios ambientais - não surpreende, uma vez que dois em cada três europeus vivem em vilas e cidades. Os governos e autoridades locais desempenham uma função essencial na mitigação e no dirimir de muitos destes desafios.

O Prémio Capital Verde atribuído pela Comissão Europeia, reconhece e recompensa os esforços locais para melhorar o ambiente e, conseqüentemente, a economia e a qualidade de vida nas cidades. O Prémio é atribuído anualmente a uma cidade, que está a liderar o caminho para uma vida urbana amiga do ambiente. O Prémio encoraja as cidades a empenharem-se em objetivos ambiciosos de melhoria ambiental.

Até 1 de maio



The 2023 EU AgriResearch Conference

A Comissão Europeia, através da DG AGRI, irá promover entre 31 de maio e 2 de junho uma conferência ([agenda](#)) dedicada à inovação e à sustentabilidade no mundo agrícola. Há a possibilidade de visitas de campo no dia 2 de junho. As **inscrições estão [abertas até ao dia 1 de maio](#)**. O evento poderá ser acompanhado remotamente.

Até 3 de maio



Oportunidades de aprendizagem (mobilidade para fins de aprendizagem) no estrangeiro, na Europa, para todos – Proposta de recomendação

Esta iniciativa visa promover as oportunidades de aprendizagem e ensino no estrangeiro, na Europa, em todos os setores e para todos os níveis de aprendizagem formal, não formal e informal, enquanto componente fundamental do Espaço Europeu da Educação. Irá: identificar os obstáculos à mobilidade para fins de aprendizagem; fornecer orientações sobre a superação desses obstáculos; promover a mobilidade para fins de aprendizagem e identificar possíveis incentivos; tornar a mobilidade para fins de aprendizagem mais inclusiva do ponto de vista social e respeitadora do ambiente e associá-la mais às oportunidades de aprendizagem digital. O período de consulta pública termina no próximo dia 3 de maio. As partes interessadas poderão carregar os seus comentários nesta [ligação](#).



Investimento sustentável — taxonomia ambiental da UE

Esta iniciativa visa um novo conjunto de critérios de taxonomia da UE para as atividades económicas que contribuem substancialmente para um ou mais dos seguintes objetivos ambientais: utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e dos recursos marinhos; transição para uma economia circular; prevenção e controlo da poluição; proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

A Comissão Europeia propõe igualmente alterações específicas ao Regulamento Delegado Taxonomia Climática e ao Regulamento Delegado Divulgação de Informações de Taxonomia. O período de carregamento de comentários poderá ser consultado [aqui](#).

Até 5 de maio



Cartão Europeu de Deficiência

O cartão europeu de deficiência facilitará a livre circulação das pessoas com deficiência na UE. Com este cartão, a condição de deficiência reconhecida num país da UE também deverá ser reconhecida noutros países, dando ao titular acesso em condições preferenciais a certos serviços em toda a UE.

Deverá basear-se no projeto-piloto do cartão europeu de deficiência (que abrange a cultura, o lazer, o desporto e os transportes) e aplicar-se a uma gama mais vasta de serviços. Poderá também incorporar o cartão de estacionamento da UE para pessoas com deficiência. Os contributos para esta consulta pública devem ser partilhados [aqui](#).

9 de maio



Dia da Europa de 2023 em Leiria

O Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, a Representação da Comissão Europeia em Portugal e a Câmara Municipal de Leiria, com a colaboração de várias entidades locais, [organizam](#) um conjunto de atividades em Leiria para marcar o Dia da Europa de 2023. O Dia da Europa assinala-se também em Estrasburgo durante a sessão plenária do Parlamento Europeu que decorre de 8 a 11 de maio e em Bruxelas com o festival do [Ano Europeu das Competências](#).

O Dia da Europa, 9 de maio, assinala a histórica [Declaração Schuman](#), considerada como o momento fundador da atual União Europeia e garantia dos valores da paz, solidariedade e democracia. Este momento que simboliza os valores e a unidade europeia é celebrado pelos europeus em todos os Estados-Membros. Na sequência dos anos de pandemia e da invasão da Rússia à Ucrânia, seguida de uma crise económica e energética que afeta os europeus, as comemorações do Dia da Europa de 2023 pretendem sublinhar o compromisso da UE com o reforço dos valores universais da liberdade e democracia.

A programação completa das atividades do Dia da Europa será divulgada em breve. Mais informações na [página dedicada](#) e nas contas das redes sociais do Parlamento Europeu – [Twitter](#), [Facebook](#) e [Instagram](#) -, da Comissão Europeia em Portugal – [Twitter](#), [Facebook](#) e [Instagram](#) – e do Município de Leiria – [Facebook](#) e [Instagram](#).

Até 10 de maio



Convite à apreciação do programa *InvestEU* – avaliação intercalar

O programa *InvestEU* apoia o investimento sustentável, a inovação e a criação de emprego na Europa através de quatro vertentes estratégicas principais: infraestruturas sustentáveis; investigação, inovação e digitalização; pequenas e médias empresas; investimento social e competências. Esta iniciativa consiste em efetuar uma avaliação intercalar do programa, em conformidade com o Regulamento (UE) 2021/523. Mas informações na seguinte [ligação](#).

Até 12 de maio



Consulta pública sobre as novas prioridades de produtos para a conceção ecológica dos produtos sustentáveis

A recente proposta da Comissão relativa à conceção ecológica dos produtos sustentáveis visa sujeitar os produtos vendidos na UE a requisitos relacionados com o desempenho e a requisitos de informação, a fim de assegurar uma maior sustentabilidade. A Comissão procura obter pontos de vista sobre as categorias de novos produtos e as medidas a abordar em primeiro lugar, para que possa definir prioridades de forma transparente e inclusiva. Os contributos das partes interessadas podem ser carregados [aqui](#).

Até 14 de maio



Comissão Europeia lança convite à apresentação de candidaturas para a segunda edição dos Prémios Europeus da Agricultura Biológica

Até ao dia 14 de maio de 2023 encontra-se aberto um período à apresentação de candidaturas para a [segunda edição dos Prémios Biológicos da UE](#). Os Prémios *EU Organic Awards* reconhecem diferentes atores ao longo da cadeia de valor biológica que desenvolveram um projeto inovador, sustentável e inspirador, resultando num verdadeiro valor acrescentado para a produção e consumo de alimentos biológicos. A cerimónia de entrega dos prémios terá lugar em Bruxelas a 25 de setembro.

Oito prémios serão entregues em sete categorias: Melhor Agricultor Biológico (feminino e masculino); Melhor Região Biológica; Melhor Cidade Biológica; Melhor Distrito Biológico, Melhor PME de processamento de alimentos biológicos, Melhor Retalhista de alimentos biológicos, e Melhor Serviço de Restauração/alimentação biológica. Os Prémios Europeus da Agricultura Biológica são organizados conjuntamente pela Comissão Europeia, Comité Económico e Social Europeu, Comité das Regiões Europeu, COPA-COGECA e IFOAM *Organics Europe*, com o envolvimento do Parlamento Europeu e do Conselho no júri dos prémios.

16 de maio



Migrantes: convite à apresentação de propostas para financiar ações de integração e percursos complementares

A 17 de janeiro, a Comissão Europeia [lançou](#) um novo [convite](#) à apresentação de propostas para subvenções no valor de 40 milhões de euros ao abrigo do [Fundo de Integração, Migrações e Asilo \(AMIF\)](#). O convite está aberto até 16 de maio de 2023. Os beneficiários essenciais dos projetos são os migrantes, incluindo as pessoas com necessidade de proteção.

O papel das autoridades locais e regionais na [inclusão e integração de migrantes](#) poderá ser igualmente participado. O financiamento estará também disponível para ações que promovam a integração no mercado de trabalho, por exemplo, através da promoção da cooperação entre parceiros económicos e sociais, empregadores e organismos públicos. O convite aborda igualmente a promoção de percursos complementares ligados ao trabalho, apoiando a integração na educação, bem como uma prioridade sobre a proteção das crianças na migração.



Saúde: Comissão Europeia pretende avaliar o quadro legislativo para o controlo do tabagismo

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre o desempenho do atual quadro legislativo de controlo do tabagismo e sobre as possibilidades do melhorar. Esta é uma oportunidade para os cidadãos e partes interessadas expressarem os seus pontos de vista.

A Comissão prossegue os seus esforços para reduzir o consumo de tabaco em conformidade com o objetivo, estabelecido no [Plano de Ação Europeu contra o Cancro](#), de limitar o consumo a 5% da população até 2040. A consulta estará aberta até 16 de maio de 2023 e pode ser acedida [aqui](#).

Até 19 de maio



Frutas e produtos hortícolas frescos, bananas, frutos de casca rija e frutos secos – revisão das normas de comercialização

Esta iniciativa tem por objetivo: incentivar o fornecimento aos consumidores de frutas e produtos hortícolas mais sustentáveis; modernizar as regras obsoletas; simplificar a legislação em vigor relativa às normas de comercialização e alinhá-la com os requisitos do Tratado de Lisboa. O programa de trabalho da Comissão para 2020 qualifica as normas de comercialização como um domínio de ação e a Estratégia do Prado ao Prato da Comissão prevê uma revisão das normas de comercialização. Submissão de comentários [aqui](#).



Aves de capoeira – revisão das normas de comercialização

Esta iniciativa visa modernizar as atuais normas de comercialização das aves de capoeira e alinhá-las com os requisitos do Tratado de Lisboa. Comentários [aqui](#).

Até 25 de maio



Consumo sustentável dos produtos – promover a reparação e a reutilização

Esta iniciativa promove uma utilização mais sustentável dos produtos durante a sua vida útil. Incitará os consumidores a fazer escolhas mais sustentáveis ao proporcionar incentivos e ferramentas conducentes à utilização dos produtos por períodos mais dilatados, nomeadamente pela reparação dos produtos defeituosos. O [período para apresentação de comentários](#) encerra a 25 de maio.

Até 31 de maio



Aberto convite para a mobilidade de artistas e profissionais culturais

O primeiro [convite](#) à mobilidade individual destina-se a artistas e profissionais da cultura que trabalham nos seguintes setores: arquitetura, património cultural, design, design de moda, tradução literária, música, artes visuais e artes do espetáculo dos países participantes no programa Europa Criativa e que viajem para outro país do programa Europa Criativa, por um período de sete a 60 dias, no caso de artistas individuais, e de sete a 21 dias em caso de grupos de pessoas (duas a cinco pessoas).

O presente convite está aberto de 10 de outubro de 2022 a 31 de maio de 2023. As ações de mobilidade individual funcionarão com base em convites contínuos abertos todos os anos, do outono à primavera, com avaliações mensais. O subsídio de

mobilidade «[A Cultura Move a Europa](#)» inclui: despesas de viagem normais (350 EUR de viagem de ida e volta para distâncias até 5 mil km e 700 EUR de viagens de ida e volta para distâncias superiores a 5 001 km), além de 75 EUR por dia para contribuir para as despesas de estadia e alojamento. Além disso, em consonância com as prioridades horizontais do programa, como a inclusão e a sustentabilidade, estão previstas várias **dotações complementares**, tais como o **apoio aos requerentes provenientes de países e territórios ultramarinos** e **das Regiões Ultraperiféricas** ou que viajem para esses destinos. Todas as informações [aqui](#).



Aberto período de candidaturas aos prémios “REGIOSTARS”

A Comissão Europeia [abriu](#) a 16.ª edição do concurso de prémios “[REGIOSTARS](#)”, que recompensa os melhores projetos financiados anualmente ao abrigo da política de coesão. Os beneficiários de todos os projetos financiados pela política de coesão são incentivados a apresentar as suas candidaturas em seis categorias temáticas: uma Europa competitiva e inteligente; uma Europa verde; uma Europa conectada; uma Europa social e inclusiva; uma Europa mais próxima dos cidadãos; e o tema do ano ([Ano Europeu das Competências 2023](#)).

O concurso estará aberto até 31 de maio de 2023 e o público terá a oportunidade de votar no seu finalista favorito para o «Prémio da Escolha Pública». Os vencedores serão selecionados por um júri independente de peritos de alto nível. Os prémios serão anunciados durante a cerimónia REGIOSTARS em Ostrava, República Checa, a 16 de novembro de 2023. Todas as informações sobre o concurso estão disponíveis [aqui](#).



Novos convites à manifestação de interesse para testar novas tecnologias em órbita

A Comissão Europeia publicou novos convites à manifestação de interesse para reunir experiências de [Demonstração e Validação em órbita \(IOD/IOV\)](#) para o período 2023-2026. O serviço de Demonstração e Validação em Órbita (IOD/IOV) permite que novas tecnologias sejam testadas em órbita, fornecendo agregação, serviços de lançamento e operações. Esta iniciativa dará um grande impulso às empresas em fase de arranque na UE e acelerará o seu tempo de comercialização.

Os convites à [manifestação de interesse estão abertos até 15 de março de 2026](#), e preveem várias datas-limite para a aplicação. As entidades interessadas são convidadas a **apresentar a sua candidatura até 31 de maio de 2023, 18:00 CEST** - data de encerramento do primeiro período de candidatura. Como novidade, dois convites paralelos à manifestação de interesse estão abertos para reunir tecnologias e/ou componentes que necessitem de agregação, bem como satélites prontos a voar. Esta última chamada é emitida em conjunto com a Agência Espacial Europeia (ESA).



Quinta Conferência Anual sobre o Controle Regulamentar na UE

O objetivo desta conferência [passa](#) por reunir diferentes partes interessadas - representantes de instituições da UE, bem como administrações públicas nacionais e setor não governamental - para refletir sobre o trabalho de escrutínio regulatório na Comissão Europeia

6 e 7 de junho



Semana Verde da UE – Edição de 2023

Participe na [conferência](#) de 6 a 7 de junho para se inteirar das políticas ambientais da UE, e em particular sobre biodiversidade, economia circular, e poluição zero. É uma oportunidade para celebrar os progressos já alcançados, inspirando ao mesmo tempo indivíduos, comunidades e organizações a adotar novas medidas para proteger e restaurar o nosso ambiente para as gerações presentes e futuras.

Ao longo da semana, realizar-se-ão em toda a Europa e nos países terceiros eventos organizados por escolas, universidades, associações empresariais, organizações ambientais e agências governamentais. Procurar-se-á sensibilizar e educar as pessoas sobre a importância de proteger o ambiente e promover práticas de vida sustentáveis, através de oficinas educativas, seminários, e de projetos amigos do ambiente, que irão realçar a importância das competências "verdes" - competências que capacitarão as pessoas a aderir e contribuir para a transição verde. Todos os pormenores podem ser consultados [aqui](#). Orientações [aqui](#).

Até 8 de junho



Mecanismo de Recuperação e Resiliência (2020-2024) — avaliação intercalar

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) é o principal instrumento de que a UE dispõe para atenuar o impacto económico e social da pandemia de COVID-19. A avaliação intercalar, que decorrerá a meio do período de implementação do Regulamento MRR, examinará, especificamente, a eficácia, a eficiência, a coerência e a pertinência dos progressos realizados na consecução dos seus objetivos e determinará em que medida gerou valor acrescentado para a UE. Esta iniciativa decorre de uma

obrigação jurídica prevista no artigo 32.º do Regulamento MRR. O [período de contributos](#) para a consulta pública sobre esta iniciativa encerra a 8 de junho.

20 a 22 de junho



Semana Europeia da Energia Sustentável 2023

O tema desta edição será "Acelerar a transição para energias limpas - faturas menores e maiores competências". A semana europeia é o maior evento anual dedicado às energias renováveis e à utilização eficiente da energia na Europa. Compreende uma série de atividades destinadas a construir um futuro energético seguro para a Europa. Inscrição e restantes informações [aqui](#).

Até 23 de junho



Consulta pública sobre a meta climática da UE para 2040

As alterações climáticas continuam a ser o desafio decisivo das próximas décadas. Esta comunicação dá início a um processo destinado a estabelecer uma meta climática para 2040 que coloque a UE firmemente na via da neutralidade climática até 2050. Será acompanhada por uma avaliação de impacto aprofundada, que servirá de base a um projeto de lei que estabelece o objetivo para 2040. O carregamento das contribuições pode ser feito [aqui](#).

Até 10 de julho



Política de coesão da UE: oportunidades de formação para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite à apresentação de propostas para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas no contexto da 7.ª edição do "Youth4Regions". Em outubro de 2023, serão selecionados 37 estudantes de jornalismo e jovens jornalistas para viajar para Bruxelas durante uma semana, para formação, tutoria e trabalho com jornalistas experientes na sala de imprensa, bem como para visitar as instituições da UE e os meios de comunicação social.

As candidaturas são aceites em três categorias (vídeo geral, fotojornalístico e jornalístico) dos Estados-Membros da UE, dos países vizinhos e dos países candidatos. O programa "Youth4Regions" é o programa da Comissão que ajuda os estudantes de jornalismo e os jovens jornalistas a descobrir o que a UE está a fazer na sua região. Desde o seu lançamento, em 2017, mais de 170 pessoas de toda a Europa seguiram o programa. O formulário de candidatura e as condições de participação estão disponíveis [na página Web do programa](#) até 10 de julho.

Até 13 de setembro



Bolsas de pós-doutoramento MSCA: mais de 260 milhões de euros para investigadores individuais

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas para 2023 [bolsas de pós-doutoramento](#) no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA). Com um orçamento de 260,5 milhões de EUR, estas subvenções reforçarão o potencial criativo e inovador dos investigadores titulares de um doutoramento que pretendam adquirir novas competências através de formação avançada e mobilidade internacional, interdisciplinar e intersetorial.

O convite permitirá igualmente a organizações de todo o mundo atrair investigadores talentosos, incluindo universidades de topo, centros de investigação, organizações públicas e privadas e médias empresas. O convite à apresentação de propostas terminará em 13 de setembro de 2023 e deverá financiar mais de 1,2 mil projetos.

Até 19 de setembro



Terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala no âmbito do Fundo de Inovação

A Comissão Europeia lançou o [terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala](#) no âmbito do [Fundo de Inovação](#), um dos maiores programas de financiamento a nível mundial para a implantação de tecnologias hipocarbónicas inovadoras.

O novo convite à apresentação de projetos disponibilizará 100 milhões de euros em subvenções a favor de projetos de pequena escala com uma despesa de capital situada entre 2,5 e 7,5 milhões de euros nos domínios das energias renováveis, da descarbonização das indústrias com utilização intensiva de energia, do armazenamento de energia e da captura, utilização e armazenamento de carbono.



Diferenças de custos entre regiões incitam o transporte de animais na União Europeia

Milhares de milhões de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves de capoeira e cavalos circulam dentro e fora da UE todos os anos para reprodução, engorda ou abate, pois os agricultores e os produtores de carne exploram as diferenças de custos entre regiões para obter lucros. No entanto, mais de um terço das viagens demoram mais de oito horas e as normas de bem-estar dos animais nem sempre são respeitadas, o que lança dúvidas sobre a sua adequação. Estes são os alertas do Tribunal de Contas Europeu (TCE), que publicou um [documento de análise](#) onde destaca as tendências nesta área, chama a atenção para os desafios que se colocam aos responsáveis políticos da União Europeia e aponta as oportunidades que estes podem explorar na próxima revisão das regras da UE.

A produção animal não está distribuída de forma igual pelos países e regiões da UE e há tendência para as explorações se especializarem numa espécie ou numa fase de produção. Outra tendência é para existirem menos explorações agrícolas e matadouros, mas de maior dimensão. Nestas circunstâncias, os agricultores e os produtores de carne pretendem reduzir ao mínimo os custos de produção e de abate, aumentar ao máximo as receitas e tirar o melhor partido das economias de escala, explorando as diferenças de custos entre os Estados-Membros. Estes fatores incentivam o transporte de animais, especialmente quando os custos de transporte representam uma pequena parte do preço da carne no consumidor.

"O transporte de animais vivos durante longos trajetos pode prejudicar o seu bem-estar", alerta Eva Lindström, Membro do TCE responsável pelo documento de análise. "Os Estados-Membros não aplicam uniformemente a legislação da União neste domínio, existindo o risco de os transportadores explorarem as falhas que resultam da existência de diferentes sistemas nacionais de sanções", remata.

Votação e aprovação em sede de comissão parlamentar do projeto de relatório sobre as Indicações Geográficas

O projeto do relatório de revisão da atual legislação relativa às Indicações Geográficas foi [aprovado por unanimidade](#) em sede de comissão parlamentar, numa [reunião extraordinária](#) que decorreu em Estrasburgo. Para melhor proteger as IG em linha, os eurodeputados apoiaram disposições para assegurar que todos os domínios que abusem do nome de uma IG sejam automaticamente fechados ou atribuídos a um grupo de produtores que utilize a IG legalmente. Para ajudar nesta tarefa, o Instituto de Propriedade Intelectual da UE (EUIPO) deve estabelecer um sistema de alerta que monitorize o registo de nomes de domínio.

Como regra geral, os produtores de produtos transformados devem ser proibidos de utilizar uma IG no nome do seu produto que contenha um ingrediente IG, a menos que um agrupamento de produtores o permita. Para eliminar a burocracia para os produtores, os eurodeputados propõem reduzir o tempo que a Comissão tem para registar uma nova IG de seis para cinco meses, e limitar o período de prorrogação a um máximo de três meses, e apenas em casos devidamente justificados. As autoridades nacionais devem gerir a maioria dos pedidos de alteração dos registos de IG existentes sem que a Comissão os volte a verificar para acelerar o procedimento de alteração e reduzir a carga de trabalho, acrescentaram os deputados ao Parlamento Europeu. Querem que a Comissão continue a administrar o sistema de IG, e não a EUIPO.

Sustentabilidade: reconhece-se que os produtos agrícolas protegidos por IG têm características específicas sustentáveis. Os eurodeputados propõem que os produtores expliquem o seu compromisso com a sustentabilidade social e ambiental em relatórios disponíveis aos consumidores num portal da UE. Finalmente, os parlamentares querem que os grupos de produtores reconhecidos - designados pelos países da UE e atuando como o único representante das IG específicas - sejam atribuídas mais responsabilidades, tais como o estabelecimento de condições mínimas para a utilização de um nome de IG ou a supervisão da utilização justa das IG.

Os agrupamentos de produtores reconhecidos devem também poder receber contribuições financeiras obrigatórias de todos os produtores duma IG. O relatório será agora submetido à votação plenária, possivelmente durante a sessão de 31 de maio a 1 de

junho. Se for adotado, as negociações interinstitucionais com os governos da UE podem começar assim que o Conselho tiver também adotado a sua posição negocial.

Relatório do TCE sobre os apoios aos agricultores e ao setor agroalimentar durante a pandemia

No seu mais recente [Relatório Especial 09/2023: Assegurar as cadeias de abastecimento de produtos agrícolas durante a COVID-19 – Resposta rápida pela UE, mas pouco direcionada pelos Estados-Membro](#), o Tribunal de Contas Europeu (TCE) referiu que a União Europeia reagiu rapidamente à ameaça que a pandemia de COVID-19 representou para as cadeias de abastecimento agrícola. As várias medidas da UE ajudaram a limitar as perturbações no setor agroalimentar. O TCE conclui que, se houver uma crise semelhante no futuro, será mais eficaz direcionar a ajuda para os setores e agricultores realmente necessitados.

A pandemia de COVID-19 afetou as cadeias de abastecimento de produtos agrícolas, do prado ao prato. O transporte de produtos, especialmente através das fronteiras, foi prejudicado e os supermercados enfrentaram problemas de abastecimento. Em resposta, a UE apresentou várias medidas: orientações que visam assegurar uma cadeia de abastecimento alimentar eficiente na União e consideraram os trabalhadores sazonais como "críticos"; apoio direto aos agricultores e às PME; aplicação mais fácil dos auxílios estatais; e medidas excecionais de intervenção no mercado.

O TCE chama ainda a atenção para a rapidez da resposta da UE. Logo na fase inicial da pandemia, a Comissão Europeia publicou as orientações relativas aos corredores verdes sobre a circulação de mercadorias através das fronteiras e ajudou a garantir a livre circulação dos trabalhadores sazonais, o que atenuou as perturbações no setor agroalimentar. Do mesmo modo, foi rapidamente criado um quadro de apoio direto de 712 milhões de euros através da reatribuição excecional de verbas não utilizadas do desenvolvimento rural (FEADER), disponibilizando até 7 mil euros por agricultor e 50 mil euros por PME.

Comissão atualiza normas de comercialização de produtos agroalimentares para responder melhor às necessidades dos consumidores e abordar a questão da sustentabilidade

A Comissão Europeia [propôs](#) a revisão das normas de comercialização existentes aplicáveis a uma série de produtos agroalimentares, tais como frutas e produtos hortícolas, sumos e doces de frutas, mel, aves de capoeira e ovos. As revisões propostas deverão ajudar os consumidores a fazer escolhas mais informadas com vista a um regime alimentar mais saudável e contribuir para prevenir o desperdício alimentar.

As propostas relativas às frutas e produtos hortícolas frescos, aos ovos e às aves de capoeira são abrangidas por atos delegados e atos de execução. Os textos estarão disponíveis para [consulta pública durante um mês](#). Posteriormente, os atos delegados serão adotados e enviados ao Parlamento Europeu e ao Conselho para um período de controlo de dois meses. A Comissão publicá-los-á no final deste procedimento. As propostas relativas aos doces, às citrinadas, aos sumos de frutos e ao mel são incluídas nas diretivas e seguirão o processo colegislativo ordinário do Parlamento Europeu e do Conselho antes da sua publicação e entrada em vigor.

Paralelamente, a Comissão enviou um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho com vista à adoção, num futuro próximo, de novas normas de comercialização para sidra e perada e para a rotulagem da origem das leguminosas secas. Estes produtos não são atualmente abrangidos por quaisquer normas de comercialização previstas no [Regulamento relativo à organização comum dos mercados](#).

António Ventura reivindica ativação da Reserva Agrícola Europeia

O secretário regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, António Ventura, [lembrou](#) que Bruxelas deve permanecer vigilante quanto às especificidades das Regiões Ultraperiféricas (RUP) e aos problemas causados pela guerra na Ucrânia no setor agrícola, ativando, como no ano passado a Reserva Agrícola Europeia para enfrentar os constrangimentos desta crise. “Não somos uma região rica, temos limitações. A verdade é que estas dificuldades não são locais, é exigido mais e cada um tem de assumir as suas responsabilidades”, frisou o governante.

António Ventura falava na cidade da Horta, na apresentação da Feira Agrícola do Faial, que decorre este ano entre 5 e 7 de maio. O secretário regional adiantou estar em contactos com a ministra da agricultura sobre o posicionamento português numa reunião que decorrerá na próxima semana do Conselho Agricultura, sendo objetivo da Região o apoio comunitário às RUP e não só aos Estados-Membros dos países vizinhos da Ucrânia.

“É preciso a Comissão Europeia reconhecer as nossas dificuldades e compensar parte, que nunca é a totalidade, dessas dificuldades”, frisou ainda. Na apresentação do evento na ilha do Faial, António Ventura defendeu que a agricultura nos Açores, num momento em que se fala a nível nacional numa revisão constitucional, seja entendida “também como um direito e um objetivo autonómico”.



Ambiente

Parlamento Europeu aprova nova legislação para combater a desflorestação mundial

A nova legislação [obriga](#) as empresas a garantir que os produtos vendidos na UE não conduziram à desflorestação nem à degradação florestal, para defender o clima e a biodiversidade. Embora nenhum país ou produto de base seja proibido, as empresas só serão autorizadas a vender produtos na UE se o fornecedor tiver emitido uma declaração de «diligência devida» a confirmar que estes não

provêm de solos desflorestados nem conduziram à degradação florestal, incluindo de florestas primárias insubstituíveis, após 31 de dezembro de 2020.

Tal como solicitado pelo Parlamento Europeu, as empresas terão igualmente de verificar se estes produtos cumprem a legislação pertinente do país de produção, incluindo em matéria de direitos humanos, e se os direitos dos povos indígenas afetados foram respeitados. Os produtos abrangidos pela nova legislação são: os bovinos, o cacau, o café, o óleo de palma, a soja e a madeira, incluindo aqueles que contenham, tenham sido alimentados ou fabricados com recurso a estes produtos de base (como o couro, o chocolate e o mobiliário), conforme a [proposta original da Comissão](#). Durante as negociações, os eurodeputados conseguiram incluir a borracha, o carvão vegetal, os produtos de papel impresso e inúmeros derivados do óleo de palma.

O Parlamento assegurou igualmente uma definição mais ampla de degradação florestal que incluía a conversão de florestas primárias ou de regeneração natural em florestas de plantação ou noutras terras arborizadas. No prazo de 18 meses a contar da entrada em vigor do referido regulamento, a Comissão classificará os países, ou partes dos mesmos, como países de baixo risco, risco padrão ou de alto risco, através de uma avaliação objetiva e transparente. Os produtos oriundos de países de baixo risco serão sujeitos a um procedimento simplificado de diligência devida. A proporção de controlos é aplicada aos operadores segundo o nível de risco do país: 9 % para os países de alto risco, 3 % para os de risco padrão e 1 % para os de baixo risco.

Objetivo 55: PE aprova legislação crucial para cumprir meta climática de 2030

O Parlamento Europeu [aprovou](#), esta terça-feira, os acordos alcançados com os Estados-Membros no final de 2022 sobre vários atos legislativos fundamentais do «pacote Objetivo 55 em 2030». Trata-se do plano da UE para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em, pelo menos, 55 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990. Este objetivo está em consonância com [a Lei Europeia em matéria de Clima](#).

A reforma do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão (CELE) foi aprovada por 413 votos a favor, 167 contra e 57 abstenções. A lei aumenta a ambição do CELE, uma vez que as emissões de GEE nos setores abrangidos por este sistema devem ser reduzidas em 62 % até 2030, em comparação com os níveis de 2005.

Também elimina progressivamente as licenças de emissão gratuitas para as empresas entre 2026 e 2034 e cria um novo CELE II específico para os combustíveis destinados ao transporte rodoviário e para os edifícios, que fixará um preço para as emissões de gases com efeito de estufa destes setores em 2027 (ou 2028, se os preços da energia forem excecionalmente elevados). O Parlamento também votou a favor da inclusão, pela primeira vez, [das emissões de GEE do setor marítimo no CELE](#) (por 500 votos, 131 votos contra e 11 abstenções) e aprovou a [revisão do CELE para a aviação](#) (por 463 votos a favor, 117 votos contra e 64 abstenções). Tal eliminará progressivamente as licenças de emissão gratuitas para o setor da aviação até 2026 e promoverá a utilização de combustíveis de aviação sustentáveis.

Com 487 votos a favor, 81 votos contra e 75 abstenções, o Parlamento aprovou as regras para o novo Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (MACF) da UE, que visa incentivar os países terceiros a elevarem a sua ambição climática e assegurar que os esforços climáticos da União e a nível mundial não sejam prejudicados pela deslocalização da produção da UE para países com políticas menos ambiciosas. O MACF abrange mercadorias como o ferro, o aço, o cimento, o alumínio, os adubos, a eletricidade, o hidrogénio, bem como emissões indiretas em determinadas condições. Os importadores destas mercadorias terão de pagar qualquer diferença entre o preço do carbono pago no país de produção e o preço das licenças de emissão de carbono no CELE.

O acordo com os Estados-Membros para criar um Fundo Social para o Clima da UE em 2026, a fim de garantir que a transição climática seja justa e socialmente inclusiva, foi aprovado por 521 votos a favor, 75 votos contra e 43 abstenções. As famílias vulneráveis, as microempresas e os utilizadores de transportes particularmente afetados pela pobreza energética e de mobilidade beneficiarão desta medida. Quando estiver plenamente em vigor, o Fundo Social para o Clima será financiado pela venda em leilão de licenças de emissão do CELE II até um montante de 65 mil milhões de euros, com mais 25 % cobertos por recursos nacionais (num total estimado de 86,7 mil milhões de euros). Para mais informações sobre o Fundo, consulte o [comunicado de imprensa após o acordo com os Estados-Membros](#).

Novo Bauhaus Europeu: convite à apresentação de projetos para ajudar a reconstruir a Ucrânia e promover o desenvolvimento, na Europa, de competências no domínio da construção sustentável

A Comissão Europeia [apresenta](#) um convite à apresentação de propostas para três projetos — dois para a reconstrução da Ucrânia e um para o desenvolvimento de competências no domínio da construção sustentável. Os convites relativos à reconstrução da Ucrânia fazem parte da iniciativa «Phoenix» anunciada em fevereiro pelo comissário Virginijus Sinkevičius e são financiadas pelo Programa LIFE. O objetivo da iniciativa «Phoenix» é desenvolver e colocar à disposição das cidades ucranianas os conhecimentos especializados de ponta da comunidade do Novo Bauhaus Europeu (NBE) em matéria de reconstrução sustentável e a preços acessíveis. A iniciativa estabelece também ligações entre municípios ucranianos e municípios da UE que partilham as mesmas ideias, a fim de que possam trocar pontos de vista sobre a experiência obtida na via para a neutralidade climática e para uma maior eficiência energética.

O [Novo Bauhaus Europeu](#) (NBE) é um projeto ambiental, económico e cultural lançado pela presidente Ursula von der Leyen no seu discurso sobre o estado da União de 2020. O NBE coloca a tónica na criação de comunidades e na adoção de abordagens ascendentes para aplicar o Pacto Ecológico Europeu, promovendo locais, produtos e serviços belos, sustentáveis e inclusivos. Volvidos apenas dois anos após o seu lançamento, o NBE transformou-se já num movimento com uma comunidade ativa e crescente de mais de 1 000

membros oriundos de uma grande variedade de setores (por exemplo, educação, construção, moda) que desenvolvem atividades em todos os Estados-Membros da UE e para além das nossas fronteiras.



Coesão e solidariedade interna da UE

NextGenerationEU: Comissão efetua o primeiro pagamento de 700 milhões de euros à Áustria ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

O pagamento de 700 milhões de euros em subvenções foi [possível](#) graças ao cumprimento por parte da Áustria dos 44 marcos e objetivos ligados à primeira prestação. O pedido abrange reformas transformadoras, tais como a entrada em vigor de uma Lei de Expansão das Energias Renováveis, que irá acelerar a implantação da produção de energias renováveis, bem como uma reforma "Climate-Ticket", tornando os transportes públicos mais atrativos. Vários objetivos dizem respeito à realização de passos-chave na implementação de grandes investimentos. Isto inclui o investimento na eficiência energética, apoiando as famílias austríacas na substituição de caldeiras a gás e petróleo nas suas casas por sistemas de aquecimento renováveis, bem como na entrega de dispositivos digitais aos alunos nas escolas.



Defesa e Segurança

Cibersegurança: reforço das capacidades da UE para promover a solidariedade, a resiliência e uma cooperação operacional eficaz

A Comissão Europeia [adotou](#) uma [proposta de ato legislativo da UE sobre cibersolidariedade](#) destinado a reforçar as capacidades da UE no domínio da cibersegurança. Este ato contribuirá para melhorar a deteção e a sensibilização para ameaças e incidentes de cibersegurança, apoiará a preparação das entidades críticas e reforçará a solidariedade, a gestão concertada de crises e as capacidades de resposta em todos os Estados-Membros. O ato legislativo sobre cibersolidariedade cria capacidades a nível da UE de forma a tornar a Europa mais resiliente e mais reativa face às ciberameaças, reforçando simultaneamente o mecanismo de cooperação existente. Contribuirá para o desenvolvimento de um panorama digital seguro para os cidadãos e as empresas, bem como para proteger as entidades críticas e os serviços essenciais, como hospitais e serviços públicos.

No âmbito do [Ano Europeu das Competências 2023](#), a Comissão apresentou igualmente uma Academia de Competências de Cibersegurança, que visa assegurar uma abordagem mais coordenada para colmatar a escassez de talentos no setor da cibersegurança, condição essencial para impulsionar a resiliência da Europa. A Academia reunirá várias iniciativas existentes destinadas a promover as competências em matéria de cibersegurança, que disponibilizará numa plataforma em linha, reforçando assim a sua visibilidade e aumentando o número de profissionais qualificados no domínio da cibersegurança na UE.

No âmbito da [União Europeia da Segurança](#), a UE está empenhada em assegurar que todos os cidadãos e empresas europeus estejam bem protegidos, tanto em linha como fora de linha, e em promover um ciberespaço aberto, seguro e estável. No entanto, a dimensão, a frequência e o impacto crescentes dos incidentes de cibersegurança representam uma grave ameaça para o funcionamento das redes e dos sistemas de informação, bem como para o mercado único europeu. A agressão militar da Rússia contra a Ucrânia veio agravar ainda mais esta ameaça, juntamente com a multiplicidade de indivíduos criminosos e de «hacktivistas» próximos do Estado, implicados nas tensões geopolíticas atuais. Com base num [quadro estratégico e legislativo sólido](#) já em vigor, a proposta de ato legislativo sobre cibersolidariedade e a Academia de Competências de Cibersegurança da UE contribuirão para melhorar a deteção de ciberameaças e reforçar a resiliência e a preparação a todos os níveis do ecossistema de cibersegurança da UE.

Centro Comum de Investigação: novo método para ajudar decisores políticos a defender a democracia contra as ameaças híbridas

O Centro Comum de Investigação da Comissão [publicou](#) um relatório intitulado «[Ameaças híbridas: um ecossistema abrangente para a resiliência](#)», que fornece aos decisores políticos um modelo e recomendações sobre a forma de combater as complexas ameaças híbridas de forma eficiente, coordenada e abrangente.

O modelo «Ecossistema Abrangente para a Resiliência» (modelo CORE) atua como painel estratégico para os decisores políticos decidirem quais os recursos, instrumentos e medidas a mobilizar face a atividades hostis a nível da UE, dos Estados-Membros ou a nível operacional. O modelo CORE ajudará os decisores políticos da UE a contribuir para o conjunto híbrido de instrumentos da UE criado em conformidade com a [Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa](#). Tal como sublinhado nas principais estratégias da UE, como a [Comunicação sobre a Estratégia da UE para a União da Segurança](#), os países enfrentam um nível crescente de complexidade das ameaças híbridas. A [Comunicação sobre o contributo da Comissão para a defesa europeia](#) também apelou urgentemente a um forte reforço da resiliência e da defesa europeias contra estas ameaças. Mais informações nesta [notícia](#).

UE condena veementemente o conflito que ameaça a segurança e a proteção do povo do Sudão

A União Europeia e os seus Estados-Membros [condenam](#) veementemente o conflito em curso entre as Forças Armadas do Sudão e as Forças de Apoio Rápido, que ameaça a segurança e a proteção do povo do Sudão, bem como a unidade e a estabilidade do país. A eclosão das hostilidades compromete os esforços para restabelecer a transição liderada por civis rumo a um governo democrático. Além disso, implica o risco de desestabilizar a região. A UE lamenta a perda de vidas humanas e as violações do direito internacional,

inclusive do direito internacional em matéria de direitos humanos e do direito internacional humanitário, e exorta a todos os intervenientes a que respeitem o direito internacional humanitário e cessem imediatamente as hostilidades, sem condições prévias.

A UE apela a todos os intervenientes para que permitam e facilitem o acesso rápido e sem entraves da ajuda humanitária, bem como para que protejam a população civil e garantam a segurança dos trabalhadores humanitários. Para garantir a sua proteção e criar espaço para o diálogo e a mediação, os confrontos têm de cessar. Neste contexto, a UE apoia os esforços que visam a cessação imediata das hostilidades, o que deverá constituir o primeiro passo no sentido de um acordo de cessar-fogo permanente a negociar com urgência, tendo também em vista a iminente celebração do Fitre (Eid-al-Fitr).

A UE recorda a importância do pleno respeito pela integridade do pessoal diplomático e das instalações diplomáticas, ao abrigo da Convenção de Viena, e apela veementemente a que as autoridades competentes garantam integralmente a sua segurança. A segurança dos cidadãos da UE tem de ser assegurada por todos os intervenientes. A UE continuará a colaborar ativamente com os principais parceiros para garantir que todas as partes deem prioridade ao silenciamento das armas, ao fim da violência, ao desanuviamento da situação e à resolução das divergências políticas através do diálogo. Os intervenientes externos deverão abster-se de alimentar este conflito.



Economia e Mercado

União bancária: Comissão propõe reforma do quadro de gestão de crises bancárias e de seguro de depósitos

A Comissão Europeia [adotou](#) uma proposta para ajustar e reforçar o atual quadro da UE em matéria de gestão de crises bancárias e de seguro de depósitos, com destaque para os bancos de média e pequena dimensão. O setor bancário da UE, que inclui um sólido quadro de gestão de crises, tornou-se muito mais resiliente nos últimos anos. As instituições financeiras da UE estão bem capitalizadas, têm elevada liquidez e são objeto de supervisão rigorosa.

No entanto, a experiência demonstrou que muitos bancos de média e pequena dimensão em situação de insolvência foram geridos com soluções fora do quadro de resolução. Por vezes, tal implicou a utilização do dinheiro dos contribuintes em vez dos recursos internos necessários do banco ou de sistemas de segurança financiados pelo setor (sistemas de garantia de depósitos e fundos de resolução).

A proposta permitirá às autoridades organizar a saída ordenada do mercado para um banco em dificuldades de qualquer dimensão e modelo de negócio, com uma vasta gama de instrumentos. A conferência de imprensa do vice-presidente executivo Valdis Dombrovskis e da comissária Mairead McGuinness está disponível no canal [EbS](#). Mais informações no [comunicado de imprensa](#), no [documento com perguntas e respostas](#) e na [ficha informativa](#).

Comissão instaura ações contra Portugal e Eslováquia no Tribunal de Justiça da União Europeia por não pagarem atempadamente às empresas pela entrega de bens e serviços

A Comissão Europeia [decidiu](#) instaurar ações contra Portugal e a Eslováquia no Tribunal de Justiça da União Europeia por não terem aplicado corretamente as regras da Diretiva Atrasos de Pagamento ([Diretiva 2011/7/UE](#)). Os pagamentos em atraso têm um impacto negativo sobre as empresas, uma vez que impedem o crescimento, prejudicam a resiliência e podem bloquear esforços para serem mais ecológicas e digitais. No atual contexto económico, as empresas e sobretudo as PME dependem ainda mais de pagamentos regulares para poderem operar e manter o emprego. A Diretiva Atrasos de Pagamento obriga as autoridades públicas a pagar as suas faturas no prazo de 30 dias (ou 60 dias para os hospitais públicos). Ao cumprir esses prazos de pagamento as autoridades públicas estabelecem um bom exemplo na luta contra a cultura dos maus pagamentos no ambiente empresarial.

Na sequência de extensos procedimentos de controlo realizados em 2022, a Comissão decidiu agora instaurar ações contra Portugal e a Eslováquia no Tribunal de Justiça da União Europeia, dado o incumprimento continuado.

No caso de Portugal, a Comissão instaura uma ação no Tribunal de Justiça devido às regras relativas a atrasos de pagamento que abrangem vários níveis das administrações públicas. Na sequência do lançamento do procedimento em 2017, a Comissão acompanhou de perto a situação, mas considera que não se registaram melhorias suficientes, em especial nas duas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

UE ganha processo da Organização Mundial do Comércio sobre os direitos aduaneiros ilegais aplicados pela Índia aos produtos das tecnologias da informação e da comunicação

A Organização Mundial do Comércio (OMC) [pronunciou-se](#) a favor da UE num processo importante que põe em causa os direitos aduaneiros aplicados pela Índia aos principais produtos das tecnologias da informação e da comunicação (TIC). O painel da OMC considerou procedentes as queixas da UE contra a Índia e concluiu que os direitos aduaneiros – que podem ascender a 20 % – aplicados pela Índia a determinados produtos das TIC, como os telemóveis, não estavam em conformidade com os compromissos assumidos pelo país no âmbito da OMC, pelo que são ilegais. O montante das exportações pela UE destas tecnologias afetadas pelas violações por parte da Índia ascende a 600 milhões de euros anualmente. Embora isto já seja significativo, o impacto real nas empresas europeias que também exportam de outros países para a Índia é consideravelmente superior.

O painel confirmou que os direitos aduaneiros da Índia não podiam ser justificados por nenhuma das razões apresentadas pela Índia no caso em apreço e que a Índia não podia invocar o Acordo sobre as Tecnologias da Informação (ATI) para escapar aos compromissos

assumidos na sua lista da OMC nem limitar o seu compromisso de aplicar direitos nulos aos produtos existentes à data desse compromisso, excluindo, ao mesmo tempo, os produtos tecnológicos mais recentes abrangidos pela mesma posição pautal. O painel confirmou igualmente que não foi cometido qualquer erro na determinação dos compromissos pautais da Índia, inclusivamente na altura em que as nomenclaturas das posições pautais foram atualizadas, e recusou-se a examinar o pedido da Índia no sentido de retificar os seus compromissos pautais. Essas alterações teriam de ser negociadas entre os membros da OMC.

Acesso das PME ao capital: Conselho adota mandato de negociação sobre as estruturas de ações com voto plural

O Conselho [adotou](#) a sua posição ("mandato de negociação") sobre a proposta de diretiva relativa às estruturas de ações com voto plural. A diretiva visa incentivar os proprietários de pequenas e médias empresas a admitirem à cotação as suas ações nos mercados de PME em crescimento pela primeira vez, utilizando estruturas de ações com voto plural. Desta forma, podem manter um controlo suficiente da sua empresa após a cotação, protegendo simultaneamente os direitos dos acionistas através de garantias.

A Diretiva Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF II) e o Regulamento Mercados de Instrumentos Financeiros (RMIF) permitiram a criação de mercados de PME em crescimento, que são plataformas de negociação que facilitam o acesso das PME ao capital. No entanto, muitos empresários não admitem as suas empresas à cotação em mercados acionistas por receio de perderem o controlo das mesmas devido à entrada de novos acionistas. Um instrumento que evita esta situação são as estruturas de ações com voto plural, que permitem aos acionistas que detêm uma participação de controlo (ou seja, os fundadores das empresas) terem mais direitos de voto por ação do que outros investidores.

Atualmente, alguns Estados-Membros permitem a utilização das estruturas de ações com voto plural, ao passo que noutros Estados-Membros essas estruturas são proibidas. A diretiva visa reduzir as desigualdades para as empresas que procuram angariar fundos nos mercados de PME em crescimento: estabelece um nível mínimo de harmonização no mercado interno, eliminando os obstáculos que impedem o acesso aos mercados de PME em crescimento e que decorrem das barreiras regulamentares. Ao mesmo tempo, a proposta de diretiva protege os direitos dos acionistas que detêm ações com um menor número de votos por ação, introduzindo garantias relativas a questões como as principais decisões a tomar nas assembleias gerais.

Criptoativos: Parlamento aprova novas regras para rastrear as transferências na UE

Esta quinta-feira, os deputados ao Parlamento Europeu [aprovaram](#), por 525 votos a favor, 29 contra e 14 abstenções, [o primeiro ato legislativo da UE para rastrear as transferências de criptoativos](#), como bitcoins e criptofichas. O texto — que foi [provisoriamente acordado](#) pelos negociadores do Parlamento e do Conselho em junho de 2022 — visa garantir que as transferências de criptomonedas podem ser sempre rastreadas e as transações suspeitas bloqueadas. A chamada «regra de viagem», já usada nos tradicionais movimentos financeiros, irá aplicar-se também às transferências de ativos criptográficos. As informações sobre a origem do ativo e sobre o seu beneficiário terão que «viajar» com a transação e armazenadas em ambos os lados da transferência.

A legislação abrange transações superiores a mil euros provenientes das chamadas carteiras sem guarda (endereço de um utilizador privado) quando interagem com carteiras geridas por entidades prestadoras de serviços de criptoativos. As regras não se aplicam às transferências entre pessoas realizadas sem um prestador ou entre prestadores que atuem em seu próprio nome.

Concentrações: Comissão reduz ainda mais a burocracia ligada à fusão de empresas

A Comissão Europeia [adotou](#) um pacote para simplificar ainda mais os seus procedimentos de apreciação das concentrações ao abrigo do Regulamento das Concentrações da UE. O referido pacote inclui: i) um [Regulamento de Execução das Concentrações](#) revisto («Regulamento de Execução»), ii) uma [Comunicação relativa a um procedimento simplificado](#) («Comunicação») e iii) uma [Comunicação sobre a transmissão de documentos](#) («Comunicação»).

O pacote apresentado deverá trazer benefícios significativos às empresas e aos consultores em termos de trabalho preparatório e de custos conexos. O seu objetivo é simplificar e alargar o alcance do processo de apreciação da Comissão das concentrações não problemáticas («casos simplificados»). Procura igualmente reduzir a quantidade de informações necessárias para notificar as transações em todos os casos e otimizar a transmissão de documentos. Como tal, o pacote hoje apresentado contribui para a realização do objetivo da Comissão de reduzir em 25 % os requisitos de comunicação, tal como anunciado na sua Comunicação sobre a competitividade a longo prazo da UE. As novas regras serão aplicáveis a partir de 1 de setembro de 2023.



Comissão apela a um estímulo em grande escala para viabilizar a educação digital e proporcionar competências digitais

A Comissão Europeia [adotou](#) duas propostas de recomendação do Conselho no contexto do [Ano Europeu das Competências](#), com o objetivo de apoiar os Estados-Membros e o setor da educação e da formação a oferecer aos cidadãos europeus uma educação e uma formação digitais de elevada qualidade, inclusivas e acessíveis que lhes permitam desenvolver as suas competências digitais.

As propostas abordam os dois principais desafios comuns identificados conjuntamente pela Comissão e pelos Estados-Membros da UE: 1) a ausência de uma abordagem de governação integrada em matéria de educação e formação digital e 2) as dificuldades em dotar as pessoas das competências digitais necessárias.

A proposta de [recomendação do Conselho relativa aos principais fatores facilitadores do êxito da educação e da formação digitais](#) apela a todos os Estados-Membros para que assegurem o acesso universal a uma educação e uma formação digital inclusiva e de elevada qualidade, de forma a combater o fosso digital, que se tornou ainda mais evidente com a crise da COVID-19. Este objetivo poderia ser alcançado através da criação de um quadro de investimento, governação e formação de professores que fosse coerente e nos permitisse ter uma educação digital eficaz e inclusiva. A recomendação propõe orientações e medidas que os Estados-Membros podem adotar para aplicar uma abordagem de governação integrada e multilateral, bem como uma cultura de inovação e digitalização da base para o topo e liderada pelo pessoal do ensino e da formação.



Emprego e Demografia

Salários e pagamentos por hora aumentaram 4,4% em 2022 na UE

Em 2022, os salários e pagamentos médios por hora em toda a economia [foram](#) estimados em 22,9 euros na UE e em 25,5 euros na zona euro. Em comparação com 2021, aumentaram 4,4% na UE e 4,0% na zona do euro. Dentro da zona do euro, os salários e vencimentos por hora cresceram entre todos os Estados-Membros. Aumentaram menos em Itália, Malta e Finlândia (+2,3% cada) e mais na Lituânia (+13,4%), Estónia (+8,8%) e Croácia (+8,7%). Para os países da UE fora da zona euro, os salários e ordenados horários expressos em moeda nacional também aumentaram em todos os países. Aumentaram menos na Dinamarca (+2,2%) e na Suécia (+3,0%) e mais na Hungria (+16,4%), Bulgária (+15,5%), Roménia (+12,3%) e Polónia (+11,7%).

Em 2022, em comparação com 2021, os salários e vencimentos horários na zona euro aumentaram 2,9% na economia (principalmente) não empresarial e 4,4% na economia empresarial: +3,9% na indústria, +4,9% na construção e +4,5% nos serviços. Na UE, os salários e remunerações horárias cresceram 3,2% na economia (principalmente) não empresarial e 4,9% na economia empresarial: +4,6% na indústria, +5,2% na construção e +5,0% nos serviços. Na UE, as atividades económicas que registaram os maiores aumentos anuais em salários e vencimentos por hora em 2022 foram: NACE Rev. 2 secção B - "Indústrias extrativas" (+9,6%), seguida pela NACE Rev. 2 secções M - "Atividades profissionais, científicas e técnicas" (+6,4%), D - "Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio" e K - "Atividades financeiras e de seguros" (ambas +5,6%).



Energia

Poupança de energia: Comissão apresenta novas regras para reduzir o consumo de aparelhos elétricos em modo de espera

A Comissão Europeia [adotou](#) novas [regras da UE](#) para reduzir o consumo de energia dos aparelhos elétricos, como as máquinas de lavar roupa, os televisores e as consolas de jogos de vídeo portáteis, quando se encontram em modo de espera. As regras revistas introduzem uma série de alterações ao [Regulamento Conceção Ecológica de 2008](#) no que se refere ao modo de espera, ao modo desligado e ao modo de espera em rede, atualizado pela última vez em 2013, na sequência de um amplo exercício de consulta e de escrutínio por parte do Parlamento Europeu e do Conselho. Os fabricantes dispõem agora de um período de transição de dois anos até que estas novas regras sejam aplicáveis. Mais informações estão disponíveis [aqui](#).

Consumo de gás na UE diminuiu 17,7%

O consumo de gás natural na UE [diminuiu](#) 17,7% no período de agosto de 2022 a março de 2023, em comparação com o consumo médio de gás nos mesmos meses (agosto-março) entre 2017 e 2022. O Regulamento do Conselho (UE) 2022/1369 sobre medidas coordenadas de redução da procura de gás, parte do plano da *REPowerEU* para acabar com a dependência da UE dos combustíveis fósseis russos, estabeleceu um objetivo de redução de 15% para o período agosto 2022-março 2023, em comparação com a média do mesmo período dos cinco anos consecutivos anteriores.

Os dados mostram que a maioria dos países da UE atingiu a meta de -15%, com exceção da Irlanda (-0,2%), Eslováquia (-1,0%), Espanha (-10,8%), Polónia (-12,5%), Eslovénia (-13,8%), Bélgica (-14,5%), e Malta (o menor consumidor de gás entre todos os membros da UE que utilizam gás), que na realidade registou um aumento de 12,7% entre agosto de 2022 e março de 2023. O consumo caiu mais na Finlândia (-55,7%), Lituânia (-40,5%) e Suécia (-37,2%) e noutros países da UE, o consumo caiu para além do objetivo de 15%, em alguns por uma grande margem (acima dos 20%).



Estado de Direito

Bureau adota a primeira decisão sobre o reforço da transparência e da responsabilização

Após a aprovação pelos líderes dos grupos parlamentares do Parlamento Europeu do plano de reforma proposto pela presidente Metsola, a Mesa [adotou](#) a primeira decisão de aplicação da revisão das regras para os antigos deputados ao Parlamento Europeu e realizou uma primeira discussão sobre a revisão das regras de acesso às instalações do Parlamento.

Introduz, entre outras coisas, um período de reflexão para os antigos deputados de 6 meses após o fim do seu mandato. Durante este período, os antigos deputados não se envolverão em atividades de sensibilização ou de representação junto do Parlamento Europeu. Após este período, se os antigos deputados decidirem envolver-se em atividades de sensibilização ou de representação junto do Parlamento Europeu, terão de se inscrever no Registo de Transparência. Consequentemente, não terão acesso aos direitos de acesso e facilidades que lhes são concedidos na qualidade de antigos membros.

A Mesa também discutiu as regras revistas sobre o acesso às instalações do Parlamento, codificando as disposições existentes para assegurar a clareza jurídica e uma melhor implementação, incluindo o tipo de crachás e as categorias de utilizadores. A Mesa irá tratar nas próximas semanas de outros aspetos deste primeiro conjunto de medidas como a participação de representantes de interesses em eventos realizados no Parlamento ou a revisão das regras internas sobre a denúncia de irregularidades. Paralelamente, está em curso a implementação de uma série de medidas que requerem alterações ao Regulamento Interno do Parlamento. Os debates na Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) já começaram.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e direitos

Eurodeputados pressionam Conselho para desbloquear projeto legislativo da UE sobre igualdade de tratamento

O Parlamento Europeu [reitera](#) que o Conselho deve desbloquear a diretiva horizontal antidiscriminação, que tem estado num impasse por parte dos Estados-Membros desde 2008. Os eurodeputados há muito que adotaram a sua posição sobre a proposta da Comissão, e lamentam os atrasos do Conselho, que têm sido possíveis durante quinze anos devido às regras da unanimidade. Para contornar a obstrução, a cláusula *passerelle* deveria ser ativada, argumentam. O relatório de progresso mais recente fornece uma imagem muito nítida do impasse no Conselho, onde as disposições relacionadas com a deficiência, e em particular a possibilidade de oferecer aos Estados-Membros uma "prorrogação excessivamente longa do período de transposição" para proporcionar uma acomodação razoável às pessoas com deficiência, estão no centro das discussões.

O Parlamento salienta a necessidade de uma proteção jurídica contra a discriminação que se aplique de forma equivalente, em todos os motivos de discriminação - não apenas no local de trabalho e no mercado de trabalho, como é atualmente o caso, e lamenta a contínua falta de implementação do quadro antidiscriminação da UE. Os eurodeputados também apontam para as tendências em todos os Estados-Membros, muitas das quais também foram identificadas no relatório de 2022 da Agência dos Direitos Fundamentais da UE, e que incluem o não cumprimento da jurisprudência pelo Tribunal de Justiça Europeu e pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Outras questões identificadas incluem a insuficiência de informação sobre discriminação, a falta global de dados sobre igualdade, e documentação limitada.

Eurodeputados condenam veementemente a lei anti-LGBTIQ no Uganda

O Parlamento Europeu [salienta](#) que o projeto de lei, que prevê a pena de morte, prisão perpétua ou até 20 anos de prisão por crimes de "homossexualidade" ou a sua "promoção", viola a Constituição ugandesa, bem como as obrigações do Uganda ao abrigo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e do direito internacional.

Os deputados europeus estão preocupados com o potencial impacto do projeto de lei na região, dada a tendência crescente de criminalização de pessoas LGBTIQ em algumas partes de África, tais como no Gana, Níger e Quênia. A resolução lamenta a contribuição do presidente Museveni para a retórica do ódio contra os LGBTIQ, acrescentando que as relações UE-Uganda serão ameaçadas se o presidente assinar o projeto de lei.

A Comissão e o Serviço Europeu para a Ação Externa devem utilizar todos os meios diplomáticos, legais e financeiros necessários para convencer o presidente a não promulgar a lei e a estabelecer uma estratégia da UE para a descriminalização universal da homossexualidade e da identidade transgénero.



Instituições

Parlamento Europeu reafirma empenho na adesão da Moldávia à UE

Numa resolução [aprovada](#) na sessão plenária que decorreu em Estrasburgo na passada quarta-feira, os eurodeputados declaram que a adesão à UE para a Moldávia seria um investimento geoestratégico para uma Europa unida e forte. A Moldávia continua exposta à pressão russa e à chantagem energética, à agitação económica devido à guerra na vizinha Ucrânia, bem como às tentativas apoiadas pelo Kremlin para desestabilizar o governo pró-europeu do país. O Parlamento congratula-se com a liderança da presidente moldava, Maia Sandu, e com as autoridades do país na resposta a estes graves desafios.

Os eurodeputados reafirmam igualmente o seu apoio à adesão da Moldávia à União Europeia (EU), na sequência da candidatura do país em 2022, reconhecendo ao mesmo tempo os progressos realizados pelo governo moldavo em termos de reformas e de alinhamento com o corpo legislativo da UE. Solicitam que as negociações de adesão sejam iniciadas até ao final de 2023, se a Moldávia cumprir as [nove etapas identificadas pela Comissão Europeia](#) para a abertura das negociações.

Entretanto, o Parlamento Europeu insta o Governo moldavo a prosseguir com determinação o seu programa de reformas da democracia e do Estado de direito, a fazer avançar os trabalhos no sentido da plena aplicação do Acordo de Associação da UE e da Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado, a combater a criminalidade internacional e transnacional grave e organizada e a prosseguir os esforços para aumentar a segurança energética do país.

Pacote de processos por infração de abril: principais decisões

No seu pacote regular de decisões relativas aos processos por infração, a Comissão Europeia decidiu iniciar processos judiciais contra vários Estados-Membros por não cumprirem as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Essas decisões, que abrangem vários setores e domínios políticos da UE, visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas.

Poderá consultar [aqui](#) as principais decisões tomadas pela Comissão, elencadas por domínio político. A Comissão decidiu também encerrar 135 processos, uma vez que os problemas identificados nos Estados-Membros em causa foram resolvidos sem ser necessário dar seguimento ao processo. Para mais informações sobre todas as decisões adotadas, consultar o [registo de decisões relativas a processos por infração](#).



Mobilidade

Transporte rodoviário. Comissão instaura ação no Tribunal de Justiça da UE contra Portugal e Países Baixos

A Comissão Europeia [decidiu](#) instaurar uma ação no Tribunal de Justiça da União Europeia contra os Países Baixos e Portugal por não terem transposto para a legislação nacional as regras relativas ao destacamento de condutores no setor do transporte rodoviário. A [Diretiva \(UE\) 2020/1057](#) introduz regras específicas em matéria de destacamento de condutores no setor do transporte rodoviário, bem como requisitos administrativos e medidas de controlo relativos ao destacamento desses condutores. Altera igualmente a [Diretiva 2006/22/CE](#) no que diz respeito a determinados requisitos relacionados com a aplicação de outras disposições em matéria social no domínio dos transportes rodoviários. A transposição tardia da diretiva suscita dificuldades para os condutores no que respeita a uma remuneração justa, à aplicação correta das regras e para os operadores no que respeita ao exercício da sua atividade no âmbito de um quadro jurídico claro.

O prazo para os Estados-Membros da UE transporem a Diretiva (UE) 2020/1057 para a legislação nacional era 2 de fevereiro de 2022. Relativamente aos Estados-Membros que não notificaram à Comissão a transposição da diretiva até essa data, a Comissão deu início a um processo por infração em março de 2022 e enviou pareceres fundamentados em setembro de 2022. Uma vez que a situação de incumprimento da diretiva persiste em relação a Chipre, aos Países Baixos e a Portugal, a Comissão decidiu agora instaurar ações no Tribunal de Justiça.

Iniciativa de Cidadania Europeia: Comissão regista a 100.ª iniciativa que apela à ligação das capitais da UE através de comboios de alta velocidade

A Comissão Europeia [decidiu](#) registar uma Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) intitulada «Interligar todas as capitais e cidadãos europeus através de uma rede ferroviária de alta velocidade». Os organizadores da iniciativa instam a Comissão a propor um ato juridicamente vinculativo com o objetivo de ligar todas as capitais europeias através de linhas ferroviárias de alta velocidade, mediante a ligação das redes ferroviárias de alta velocidade existentes e a construção de linhas de alta velocidade onde estas ainda não existem.

A decisão de registo é de natureza legal e não prejudica as conclusões finais da Comissão, no plano jurídico e político, sobre esta iniciativa e as medidas que poderá vir a tomar, a existirem, caso esta obtenha o apoio necessário. Uma vez que a Iniciativa de Cidadania Europeia satisfaz as condições formais estabelecidas na legislação aplicável, a Comissão considera esta ICE legalmente admissível. Nesta fase, a Comissão ainda não analisou o mérito da proposta.

Preço das aulas de condução aumentou quase 5% em 2022

A 1 de março de 2023, a Comissão Europeia apresentou um pacote abrangente de segurança rodoviária para melhorar a segurança de todos os utentes da estrada, que inclui a introdução de uma carta de condução digital - que será válida em todos os países da UE - e uma melhor aplicação transfronteiriça das regras de trânsito rodoviário. Com isto em mente e com os preços dos bens e serviços a subir na UE, foi [analisada](#) a evolução dos preços das lições de condução, testes, cartas de condução e testes técnicos. Em 2022, os preços destes serviços eram, em média, 4,8% mais elevados do que em 2021, uma taxa de variação quase três vezes superior à de 2018, quando se situava em +1,7% em comparação com 2017. Em 2020, o primeiro ano da crise da COVID-19, a taxa de variação média anual (+1,6%) foi inferior à de 2019 (+2,0%). No entanto, em 2021, esta taxa duplicou, atingindo +3,2%. Isto está de acordo com o aumento geral da inflação nos serviços.



Proteção civil

Ucrânia adere ao Mecanismo de Proteção Civil da UE

A Ucrânia [tornou-se](#) num Estado participante do Mecanismo de Proteção Civil da UE - o quadro europeu de solidariedade. O Mecanismo de Proteção Civil da UE tem canalizado assistência de emergência à Ucrânia de toda a Europa desde o início da guerra, em fevereiro de 2022. Na sua maior e mais longa operação, mais de 88 mil toneladas de equipamento salva-vidas, alimentos, e medicamentos, foram enviadas para a Ucrânia através do Mecanismo. Mais recentemente, mais de mil geradores de energia totalmente financiados pela UE foram mobilizados para a Ucrânia a partir das reservas energéticas estratégicas da UE. Agora, por ser um membro de pleno direito, a Ucrânia poderá também enviar ajuda.



Saúde

Mortalidade na UE em patamares normais

Pela primeira vez desde fevereiro de 2020 (período pré-pandêmico da COVID-19), não houve [excesso](#) de mortalidade na UE como um todo, pois o indicador caiu abaixo da linha de base (número médio de mortes no mesmo período em 2016-2019) para -2% em fevereiro de 2023. Em comparação, a taxa de mortalidade em excesso foi de 8% em fevereiro de 2022 (39 mil mortes adicionais), 6% em fevereiro de 2021 (26.000 mortes em excesso) e quase -3% em fevereiro de 2020.

A sobremortalidade manteve-se elevada no último trimestre de 2022, atingindo +12% em outubro, +9% em novembro e +19% em dezembro, o valor mais elevado registado em 2022. Janeiro de 2023 registou uma quebra significativa para +3% desde no mês anterior e depois continuou caindo para o valor negativo de fevereiro.

Pacto para as Competências: lançamento de parceria para os cuidados continuados

Os prestadores de serviços de cuidados continuados, os parceiros sociais e os prestadores de educação e formação, com o apoio da Comissão Europeia, [criaram](#) uma parceria em larga escala para as competências no setor dos cuidados continuados. Esta parceria visa melhorar tanto os percursos profissionais como a qualidade dos cuidados prestados, tornando o setor dos cuidados continuados mais atrativo. Os parceiros comprometem-se a formar pelo menos 60 % da mão de obra dos cuidados continuados (3,8 milhões de trabalhadores) todos os anos até 2030.

A parceria para as competências no setor dos cuidados continuados foi anunciada na [Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados](#). Trata-se da 16.ª [parceria em matéria de competências](#) no âmbito do [Pacto para as Competências](#), uma iniciativa emblemática no âmbito da [Agenda de Competências para a Europa](#). O apoio à formação no domínio digital inscreve-se também no [conjunto de medidas sobre as competências e a educação digital](#), apresentado esta semana. A iniciativa contribui igualmente para o [Ano Europeu das Competências](#).



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Eurodeputados pedem clareza e unidade na política para com a China

Os eurodeputados [debateram](#) a necessidade de uma estratégia coerente para com a China, no contexto do crescimento contínuo deste país enquanto potência política e económica a nível mundial. O chefe da política externa da UE, Josep Borrell, salientou a necessidade de uma abordagem unificada da UE em relação à China. "Não podemos falar a uma só voz, uma vez que existem múltiplas vozes na UE, mas poderíamos estar afinados ou, pelo menos, no mesmo comprimento de onda", afirmou Josep Borrell.

Notando que as relações da UE com a China se agravaram recentemente devido a sanções da UE, dificuldades com a Lituânia e exercícios militares chineses no Estreito de Taiwan, Josep Borrell salientou que a UE tem de continuar o diálogo com a China. "Devido à sua enorme influência no mundo, não podemos deixar de falar com este país por não ser uma democracia", observou o alto representante para a política externa da UE. A China não é a Rússia; é uma superpotência que está a crescer, em particular no Sul global onde Pequim "está a tentar formar uma nova ordem mundial", afirmou ainda. No que diz respeito à China, existem quatro áreas de especial interesse: os valores da UE, a segurança económica, Taiwan e a Ucrânia, elencou o também vice-presidente da UE.

Asilo e migração: Parlamento confirma mandatos para negociações

A decisão de encetar negociações sobre este [novo regulamento](#) foi [confirmada](#) com 419 votos a favor, 126 votos contra e 30 abstenções. Para as negociações do [Sistema Europeu de Informações sobre Registos Criminais para nacionais de países terceiros e apátridas](#) (ECRIS-TCN), o resultado foi 431 votos a favor, 121 contra e 25 abstenções.

As novas regras vão aplicar-se nas fronteiras da UE às pessoas que não preencham as condições de entrada de um Estado-Membro da UE. Devem incluir: a identificação, a recolha de impressões digitais, os controlos de segurança e a avaliação preliminar da saúde e da vulnerabilidade. Nas suas propostas de alterações, os eurodeputados acrescentaram um mecanismo independente de controlo dos direitos fundamentais que também verificaria a vigilância das fronteiras, com o propósito de garantir que possíveis reenvios forçados sejam comunicados e investigados.

O mandato de negociação do [ato legislativo central relativo à gestão de asilo e à migração](#) foi apoiado por 413 eurodeputados, 142 votaram contra e 20 abstiveram-se. O regulamento define a forma como a UE e os seus Estados-Membros vão atuar em conjunto para gerir o asilo e a migração. Estabelece critérios melhorados para determinar a responsabilidade dos países da UE no tratamento de um pedido de asilo (os chamados critérios de Dublin) e a partilha equitativa de responsabilidades. Inclui um mecanismo de solidariedade vinculativo para ajudar os países sujeitos a pressões migratórias, nomeadamente na sequência de operações de busca e salvamento no mar.



Tecnologia, informática e comunicações

Aplicação do Regulamento Serviços Digitais (RSD): Comissão lança o Centro Europeu para a Transparência dos Algoritmos

O [Centro Europeu para a Transparência dos Algoritmos \(ECAT\)](#) foi oficialmente inaugurado e funcionará junto do [Centro Comum de Investigação](#) da Comissão em Sevilha, Espanha. A inauguração [foi](#) marcada com um evento de lançamento que foi transmitido [aqui](#). O ECAT fornecerá à Comissão conhecimentos técnicos e científicos internos para assegurar que os sistemas algorítmicos utilizados pelas plataformas em linha de muito grande dimensão e pelos motores de pesquisa de muito grande dimensão cumprem os requisitos de gestão dos riscos, de atenuação dos riscos e de transparência previstos no RSD. Tal inclui, entre outras tarefas, a realização de análises técnicas e avaliações de algoritmos. Uma equipa interdisciplinar de peritos em dados, em IA, em ciências sociais e de peritos jurídicos combinará os seus conhecimentos especializados para avaliar o funcionamento dos algoritmos e propor boas práticas a fim de atenuar o impacto dos mesmos. Tal será crucial para assegurar uma análise exaustiva dos relatórios de transparência e de autoavaliação dos riscos apresentados pelas empresas designadas, bem como para realizar inspeções aos seus sistemas sempre que a Comissão o solicite.

Esta missão não poderia ser alcançada sem uma capacidade de investigação e prospeção adequada, que também é inerente à abordagem do ECAT. Os investigadores do JRC basear-se-ão nos seus conhecimentos especializados de longa data no domínio da inteligência artificial (IA), que já foram fundamentais na preparação de outros atos regulamentares importantes, como o [Regulamento Inteligência Artificial](#), o [Plano Coordenado para a Inteligência Artificial](#) e a sua revisão de 2021. Os investigadores do ECAT não apenas se centrarão em identificar e abordar os riscos sistémicos decorrentes de plataformas em linha de muito grande dimensão e de motores de pesquisa em linha de muito grande dimensão, mas também irão investigar o impacto societal dos algoritmos a longo prazo.

Regulamento Circuitos Integrados: Conselho e Parlamento Europeu chegam a um acordo provisório

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo político provisório sobre o regulamento que visa reforçar o ecossistema europeu dos semicondutores, mais conhecido por "Regulamento Circuitos Integrados". Pretende-se que o acordo crie condições para o desenvolvimento de uma base industrial que possa duplicar a quota de mercado mundial da UE no setor dos semicondutores, de 10 % para, pelo menos, 20 % até 2030.

É criado um novo objetivo em matéria de semicondutores no âmbito do Programa Europa Digital, que apoiará o reforço das capacidades no setor dos circuitos integrados, e, além disso, serão mobilizados fundos no âmbito do quadro de investigação Horizonte Europa, num montante total de 3,3 mil milhões de euros, destinados à "Iniciativa Circuitos Integrados para a Europa". A solução de financiamento foi encontrada dentro dos limites do atual acordo interinstitucional sobre o quadro financeiro plurianual (QFP), e vem juntar-se aos recursos já afetados a objetivos semelhantes no âmbito do QFP e através da vertente digital do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Os circuitos integrados são pequenos dispositivos compostos por semicondutores (materiais capazes de permitir ou bloquear a passagem de eletricidade) que podem armazenar grandes quantidades de informação ou realizar operações matemáticas e lógicas. São essenciais para uma vasta gama de produtos de uso diário, que vão dos cartões de crédito aos carros ou aos telemóveis inteligentes. Com o desenvolvimento da inteligência artificial, das redes 5G ou da Internet das coisas, prevê-se um aumento substancial da procura e das oportunidades de mercado para os circuitos integrados e os semicondutores.

Atualmente, a Europa está demasiado dependente dos circuitos integrados produzidos no estrangeiro, dependência que se tornou ainda mais evidente durante a crise da COVID. A indústria e outros setores estratégicos como a saúde, a defesa ou a energia têm enfrentado perturbações e escassez no aprovisionamento. O Regulamento Circuitos Integrados visa reduzir as vulnerabilidades e as dependências da UE em relação a intervenientes estrangeiros – reforçando ao mesmo tempo a base industrial da UE para os circuitos integrados –, aproveitar futuras oportunidades de negócio e criar empregos de qualidade, o que permitirá garantir a segurança do aprovisionamento da UE, a resiliência e a soberania tecnológica no domínio dos circuitos integrados.

Mais no Parlamento Europeu...



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement](#), [Colocation](#), [Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Açores



Agricultura



Ambiente



Coesão e solidariedade interna da UE



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!